

Invasores querem barrar cooperativas

Cristina Ávila
Da equipe do **Correio**

A remoção de 37 barracos nas quadras mais violentas do Distrito Federal foi pacífica. Durante o dia inteiro, oficiais de Justiça cumpriram ordem da juíza Maria Leonor Leiko Aguenta, da 1ª Vara Civil de Samambaia, nas Q 601 e Q 602. Apesar do clima tranqüilo, os moradores das invasões ficaram revoltados e dizem que não vão abandonar a área. Eles afirmam que não vão deixar que as cooperativas que entraram com pedido de reintegração de posse retomem os lotes invadidos.

Somente um pequeno tumulto ocorreu pela manhã, por volta do meio-dia, quando o presidente do Movimento Sem Moradia, Galdino Carioca, esteve na quadra 601. Ele estava dizendo a uma repórter que as cooperativas queriam a retirada dos invasores em 24 horas, quando se sentiu agredido por um morador. "Fui espetado", gritou. Ele tentou reagir, mas foi impedido por policiais.

"As cooperativas não vão ocupar a área porque não vamos deixar. Se eles começarem a construir, nós derrubamos", afirmou Geraldo Coelho Azevedo, operador de máquinas desempregado, 36 anos. "Vamos resistir. Vamos passar dia e noite aqui. Vamos recorrer à Justiça. Não temos lugar para onde ir." Ele afirma que invadiu a quadra 601 em

outubro porque estava vivendo, com as mulher e três filhos de três a sete anos, apenas com o dinheiro da Bolsa-Escola.

Segundo o oficial de Justiça Wilson Palito, a reintegração de posse foi emitida no Fórum de Samambaia, às 18h. Durante o dia foram derrubados 37 barracos de madeirite, dos quase 50 que estavam previstos que seriam demolidos. Ainda ficaram em pé vários casebres, protegidos por liminares da Justiça e também por estarem habitados. "Demos um prazo para que as famílias desocupem a área", disse Wilson Palito.

Algumas pessoas fizeram acordo para desmanchar elas próprias os barracos, para reaproveitarem o material - telhas, caibros e madeirite. Os oficiais de Justiça do Fórum de Samambaia deverão retornar às Q 601, 602, 402 e 404 hoje para continuar o trabalho.

De acordo com a ordem da juíza Maria Leonor Leiko, os invasores têm 15 dias para contestar na Justiça. Mas as pessoas que reconstruírem barracos derrubados serão multadas em R\$ 1.000 por dia. E estarão incorrendo em desobediência civil. "A partir daí, será caso de polícia, descumprimento de ordem judicial. Nós não voltaremos para fazer o mesmo trabalho já feito", explicou Wilson Palito.

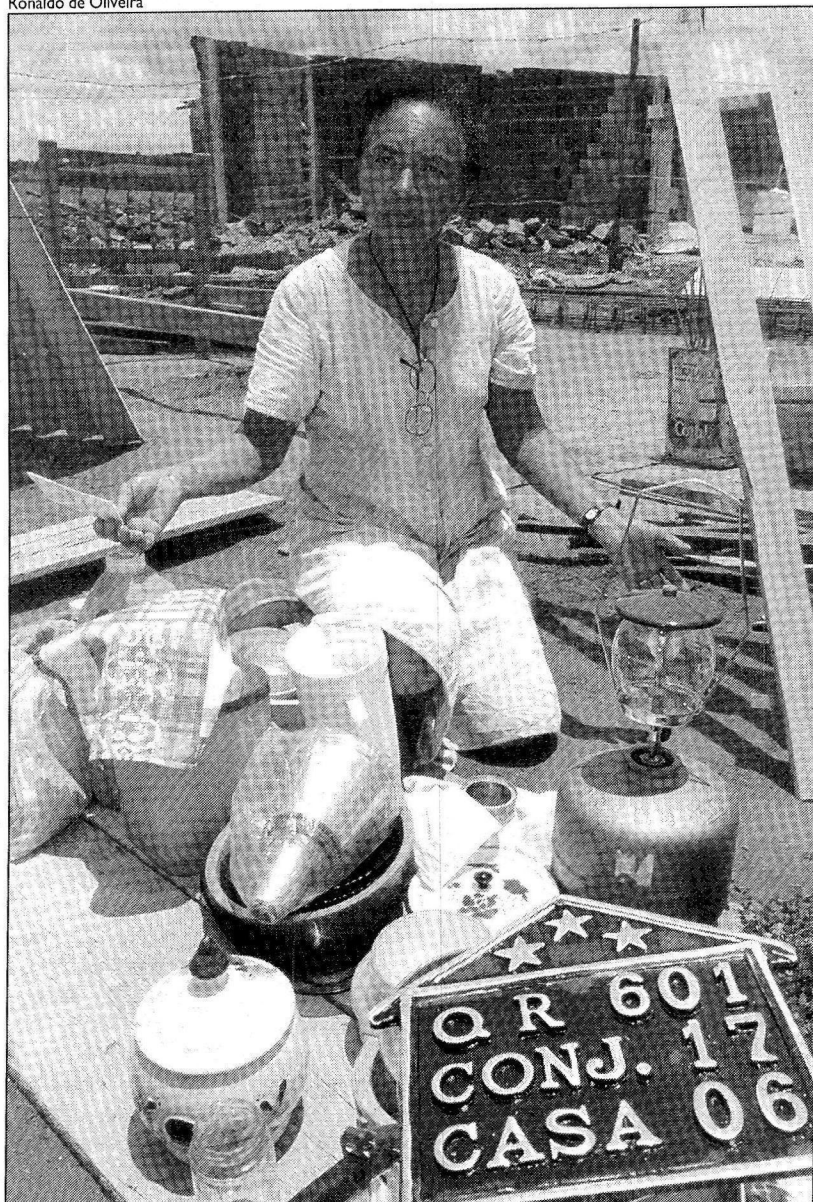
Mas os moradores parecem não saber disso. "Vou levantar meu bar-

raco de novo e entrar debaixo", avisa a dona-de-casa Ana de Oliveira Aguiar, 48 anos. "Confiei que iam me deixar ficar aqui. Até já paguei IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)". E mostra o recibo e seu barraco quebrado. Pagou duas parcelas - das seis totais - de R\$ 21,95 cada.

O recibo do IPTU pago por Ana de Oliveira foi emitido para o endereço onde ela construiu seu casebre. Q 601, conjunto 17, lote 6, em nome da Companhia Imobiliária de Brasília. Gerusa Alves Evangelista também recebeu documento idêntico em seu barraco e pagou a primeira parcela, R\$ 26,83, enviada para o lote 10. O oficial de Justiça disse que desconhece a existência dos documentos.

A adolescente Carla Alves de Araújo, 15 anos, e o marido Marcos José da Silva, 24, também prometem fincar o pé na invasão. "Sou nascida em Brasília. Não vou sair daqui. Nós chegamos aqui e roçamos tudo. Era tudo mato. Quero negociar com o governo. Vamos ficar aqui esperando para negociar", adverte a menina, sentada em cima de colchões e do que sobrou de sua moradia.

A operação de demolição foi coordenada pelos oficiais de Justiça, com o apoio de fiscais da Administração Regional de Samambaia e de aproximadamente 50 homens da Polícia Militar.



Ana Aguiar diz que pagou IPTU, tem recibo e vai permanecer no lugar